



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO ADITIVO Nº 02 À CARTA-CONTRATO N. 24/2019.**

**TERMO ADITIVO N. 02 À CARTA-CONTRATO N. 24/2019**  
(evento [0482208](#))

**PROCESSO SEI N. 0002306-16.2019.6.22.8000**

**VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N. 24/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE/RO, E A EMPRESA PAZ AMBIENTAL LTDA, PARA RECOLHIMENTO E DESCARTE DO LIXO HOSPITALAR PRODUZIDO PELA SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO ODONTOLÓGICA DO TRE-RO (SAMES).**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.331.865/0001-94, com sede na Gleba Corumbiara, setor 12, lote 58/2E, CEP 76.980-000, Município de Vilhena, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3322-6752/3322-4626/99205-5876, E-mail(s): patricia.pazambiental@gmail.com e [pazambientalvha@gmail.com](mailto:pazambientalvha@gmail.com), neste ato representada por **PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 238.885-SSP/RO e do CPF 204.071.572-04, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização: Despacho 1608/2021- PRES/GABDG, de 23/11/2021 (evento [0763003](#)) e Solicitação 490/2021/SAMES, de 01/09/2021 (evento [0733629](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente TERMO ADITIVO, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 24/2019 (evento [0482208](#)) por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2022 a 01/01/2023.

**Subcláusula única** – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor total deste aditivo é de **R\$ 2.160,00** (dois mil cento e sessenta reais).

**Subcláusula Primeira** – As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do orçamento 2022 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento, atualmente em tramitação no Congresso Nacional PLN nº 28/2020-CN.

**Subcláusula Segunda** - O valor total atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 2.160,00.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Segunda da Carta-Contrato nº 24/2019.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 23 de novembro de 2021

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b>	<b>PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI</b>
Pelo Contratante	Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva	Aldací Souza Mota
CPF: 567.849.102-49	CPF: 326.504.772-53
Testemunha	Testemunha

**ANEXO I DO ADITIVO N. 02 À CARTA-CONTRATO N. 24/2019/TRE-RO**

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Valor inicial da Carta-Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acrécimo e de supressão deste aditivo em relação ao valor inicial do contrato</b>  <b>(Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 )</b>
Carta-Contrato 24/2019, assinada em 28/11/2019 – Volume III do PA (evento <a href="#">0482208</a> ).  Vigência: 01/01/2020 a 01/01/2021.  Valor: R\$ 2.160,00	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo 01, assinado em 20/10/2020 – Volume XI do PA (evento <a href="#">0607999</a> ).  Prorrogação contratual (02/01/2021 a 01/01/2022).  Valor: R\$ 2.160,00	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo 02, assinado em __/__/2021 – Volume XXV do PA (evento <a href="#">0764486</a> ).  Prorrogação contratual (02/01/2022 a 01/01/2023).  Valor: R\$ 2.160,00	R\$ 2.160,00	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA PAZ SILVA GIORDANI, Usuário Externo**, em 24/11/2021, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 24/11/2021, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 24/11/2021, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 24/11/2021, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0764486** e o código CRC **BA0506A8**.

0002306-16.2019.6.22.8000

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Carta-Contrato n. 24/2019 – Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA. – EPP.  
Análise da segunda prorrogação e Termo Aditivo. Renúncia de Reajuste em sentido estrito.

**PARECER JURÍDICO Nº 205 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Tratam os autos de pretensão do Serviço de Assistência Médica e Social - SAMES ([0457854](#)), com o objetivo de contratar pessoa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

jurídica especializada em coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Após o certame a contratação foi efetivada com a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDS – EPP, CNPJ/MF nº 10.331.865/0001-94**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, conforme Carta-contrato 24/2019 ([0482208](#)). O referido ajuste foi prorrogado por mais 12 meses, compreendendo o período de 2/1/2021 a 1/1/2022, e registrado no Termo Aditivo nº 1 ([0607999](#)).

**02.** O interesse na prorrogação do ajuste veio aos autos com a Solicitação 490/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0733629](#)), na qual consta o encerramento do ajuste no dia 01/01/2022 e informa que a empresa foi consultada e manifestou-se favorável a renovação do ajuste ([0732145](#) e [0733625](#)), e por fim encaminha os autos a SAOFC para os procedimentos necessários.

**03.** Pelo Despacho n. 1508/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0734176](#)), o secretário da SAOFC encaminhou os autos para a programação orçamentária da despesa na COFC, a SECONT visando elaboração da minuta do Termo Aditivo e por último a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

**04.** Na Informação nº 217/2021 - PRES/DG/SAOFC/COFC ([0734224](#)), a COFC comunicou nos autos que, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício de 2022 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022, atualmente em tramitação no Congresso Nacional [PLN nº 28/2020-CN](#). Mas, registra que na elaboração da proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022, processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

**05.** Por sua vez, a SECONT elaborou a Minuta do Segundo Termo Aditivo juntada no evento [0747729](#) e remeteu os autos a esta AJDG para análise do referido documento, conforme Remessa nº 242/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0747734](#)).

**06.** Recebido os autos por esta Assessoria Jurídica, constatou-se ausência de instrução quanto a concessão dos reajustes *strito sensu* devidos à contratada referente aos anos de 2020 e 2021, bem como não foi demonstrado nos autos a vantajosidade da prorrogação pretendida. Desta forma, elaborou-se a Solicitação de Diligência AJDG [0751862](#) a fim de sanar as inconsistências apontadas.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Em seguida, a fiscal da contratação, por meio da Informação nº 183/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0757806](#)), apresentou respostas aos questionamentos deste setor. Informou o cálculo dos possíveis reajustes relativos aos períodos de outubro de 2019 a outubro de 2020 e de outubro de 2020 a outubro de 2021, utilizando o IPCA, enfatizando que a empresa Paz Ambiental “abriu mão” dos reajustes citados que totalizam o valor de R\$ 103,38 (cento e três reais e trinta e oito centavos). Ainda, realizou pesquisa de mercado para verificar o valor atual do serviço objeto do contrato (Cotação de Preço nº 1/2021 – SAMES - 0756176, [0756183](#) e [0756193](#)).

**08.** Assim instruídos, os autos retornaram a esta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1. DA PRORROGAÇÃO**

**09.** A solicitação da unidade SAMES ([0733629](#)), gestora da contratação, supõe que a prorrogação por mais 12 meses, do contrato de prestação de serviços em comento, firmado entre este Tribunal e a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDS – EPP, CNPJ/MF nº 10.331.865/0001-94** é necessária.

**10.** A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a **prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (Negritou-se).

**11.** O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo as atividades do serviço médico deste Tribunal. Veja-se a classificação da Corte de Contas:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

**12.** O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. O presente contrato, vigente a partir de 1º/01/2020, com prazo de duração de 12 (doze) meses, será prorrogado pela segunda vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses, obedecendo tranquilamente o limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**13.** O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosas para a Administração**.

**14.** Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, referida aferição dever ser realizada por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**:

### **Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:**

**1.1.1.7.** Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

### **Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:**

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**12.** Contudo o TCU formulou recomendações à SLTI/MPOG e à AGU no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário**. Entre essas, a Corte de Contas Nacional alterou seu tradicional entendimento, fixando a seguinte orientação no tocante à aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:

### **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:**

**9.1.17** a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

**9.1.17.1** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**9.1.17.2** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

**9.1.17.3** no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato; (negritou-se)

**15.** Referidas orientações foram normatizadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, inicialmente por meio da Instrução Normativa 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, a qual revogou aquele normativo, cujo item 7 do Anexo IX, assim dispõe:

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

**16.** Destarte, o contrato em análise preenche os requisitos normativos definidos no item supra do Anexo IX, da IN MPDG/SLTI nº 05/2017, uma vez que a Subcláusula Sétima da Cláusula Décima do ajuste em comento estabelece o reajuste em sentido estrito pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

**17.** Apesar disso, esta assessoria entendeu necessária a realização da pesquisa de mercado, uma vez que a comprovação da vantajosidade da prorrogação pretendida é uma condição *sine qua non* para seu deferimento e somado isso ao fato de que o valor convencionado no contrato em comento não foi reajustado, tanto em 2020 como em 2021, após alcançar por duas vezes interregno mínimo de um ano, da forma estabelece na cláusula décima, subcláusula sétima, da Carta-contrato nº 24/2019. O que culminou na Solicitação de Diligência AJDG [0751862](#).

**18.** Logo, para preenchimento deste último requisito abordado, a unidade gestora em resposta ao documento citado, registrou na Informação nº 183/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0757806](#)) o que segue:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Atendendo a solicitação essa fiscal do contrato enviou e-mail a seis empresas que realizam o mesmo serviço objeto do contrato, recebendo as seguintes cotações:

<b>MPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS</b>	<b>VALO R ANUA L</b>	<b>VALO R MENS AL</b>
AR PURO SOLUÇÕES AMBIENTAIS	R\$ 2.040, 00	R\$ 170,00
AMAZON FORT	R\$ 2.452, 20	R\$ 204,35
PRESERVA	R\$ 3.600, 00	R\$ 300,00
<b>Valor médio (média simples)</b>	<b>R\$ 2.69 7,40</b>	<b>R\$ 224,78</b>

As cotações enviadas pelas empresas demonstram que o valor praticado pela empresa contratada, Paz Ambiental, que hoje é de R\$ 180,00, esta compatível com o valor médio de mercado.

Realizando o reajuste contratual a empresa teria direito a receber o valor de R\$ 205,26, continuando na média de valor praticado pelas empresas.

**19.** Destarte, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Segunda da Carta-Contrato nº 24/2019 ([0482208](#)).

## **2.2. DA RENÚNCIA DO REAJUSTE STRITO SENSU**

**20.** A ausência de concessão do reajuste strito senso por própria vontade da Administração deve ser repudiada, sob pena de mácula às leis regente da matéria, inclusive de mandamento com índole constitucional, uma vez que este direito do contratado encontra guarida no art. 37, inc. XXI, da CF. Assim, é dever da Administração alertar ao contratado sobre a reajustamento periódico do valor contrato, com intuito de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manter o equilíbrio econômico-financeiro, e instruir aos autos devidamente para não resta dúvida sobre os motivos que justificaram a permanência dos valores iniciais do contrato após as prorrogações efetuadas no mesmo.

**21.** De outra forma, ventila-se a possibilidade de o contratado renunciar total ou parcial o *quantum* resultante da concessão de reajuste. Por este ângulo, embora o reajuste seja direito do contratado, não há óbices legais para que, na ocasião de sua concessão por parte da Administração Contratante, haja negociação entre as partes com intuito de fixar um novo valor com a aplicação parcial do índice ajustado ou com sua não aplicabilidade, uma vez que o reajuste de preço é um direito patrimonial disponível. Ainda, caso haja aceitação do particular quanto a isso, ela deverá ser exteriorizada nos autos, e configurará uma renúncia expressa do direito ao reajuste.

**22.** No caso em comento, a própria empresa, quando da tratativa sobre a prorrogação contratual acima discutida, manifestou pela recusa da correção dos valores contratuais, conforme se verifica no evento 0749822. Alinhado a isso, na Informação nº 183/2021 – SAMES (0757806) a fiscal do contrato solicitou o acolhimento da vontade do contratado, declarando que os reajustes devidos, referentes a dois períodos aquisitivos, são de R\$ 78,12 (outubro/2020 a outubro/2021) e R\$ 25,26 (outubro/2021 a outubro/2022), totalizando um montante de R\$ 103,38.

**23.** Destarte, verifica-se que a renúncia expressa do reajustamento do preço do contrato em comento, apresentada no evento 0749822, pode ser admitida por este Tribunal, podendo ser realizada a prorrogação pretendida sem aplicação da variação acumulada do INPCA nos períodos já citados.

### **2.3. DA MINUTA DO 2º TERMO ADITIVO**

**24.** A minuta do 2º Termo Aditivo, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **III – CONCLUSÃO**

**25. Pelo exposto**, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, opina esta Assessoria pela **possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses**, materializada em Termo Aditivo, mantidos os demais termos e condições pactuados, visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

**26.** Ademais, quanto à renúncia do reajuste *stricto sensu* declarada expressamente pela empresa contratada no evento 0749822, **nada obsta a Administração manter o preço inicialmente contrato**, conforme embasamento do Tópico 2.2 DA RENÚNCIA DO REAJUSTE STRITO SENSU deste opinativo, somando-se a isso o princípios da eficiência e o da economicidade.

**27.** Cumpre destacar que o direito ao reajuste é incidente periodicamente (anual), portanto a cada ato de aditamento de prazo de vigência, que eventualmente seja celebrado, a renúncia deverá ser novamente, se for o caso, expressada em documento juntado aos autos.

**28.** Por fim, para cumprimento do art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos ([0747729](#)).

**29.** Ressalte-se, por relevante, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que não lhe incumbe regimentalmente pronunciar-se acerca de outras questões, dado o caráter eminentemente técnico do objeto.

À consideração da autoridade superior.



---

Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 11/11/2021, às 13:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 11/11/2021, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0760213** e o código CRC **1CA6A5CB**.

---

0002306-16.2019.6.22.8000

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Carta-Contrato n. 24/2019 – Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA.-EPP – Segunda prorrogação e renúncia de reajuste em sentido estrito.

**DESPACHO Nº 1608 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo, no qual, após certame, foi efetivada a contratação da empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA. – EPP, CNPJ/MF nº 10.331.865/0001-94**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, conforme Carta-contrato n. 24/2019 ([0482208](#)), cujo objeto é a coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O referido ajuste foi prorrogado por mais 12 meses, compreendendo o período de 2/1/2021 a 1/1/2022, e registrado no Termo Aditivo nº 1 ([0607999](#)).

Nos termos da Solicitação 490/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0733629](#)), a SAMES manifestou interesse na prorrogação do ajuste, informando que o encerramento está previsto para o dia 01/01/2022, bem assim que a empresa contratada foi consultada e manifestou-se favorável à renovação ([0732145](#) e [0733625](#)), motivo pelo qual foi solicitado ao secretário da SAOFC o processamento da prorrogação contratual, nos termos sugeridos.

Na sequência a SAOFC encaminhou o pleito à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração da Minuta



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Termo Aditivo; bem como à AJDG, para análise e emissão de parecer jurídico ([0734176](#)).

A COFC informou que, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício 2022, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022. Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação (Informação n. 217/2021 - evento [0734224](#)).

Por sua vez, a SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo nº 2 à Carta-Contrato nº 24/2019 (evento [0747729](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0747734](#)).

Após a análise inicial, a Assessoria Jurídica detectou a necessidade de ajustes e/ou justificativas com relação à demonstração da vantajosidade dos preços praticados, conforme Solicitação de Diligência AJDG constante do evento [0751862](#). Por esse motivo, os autos foram devolvidos à SAOFC.

Em atendimento à Solicitação de Diligência ([0751862](#)) a SAMES instruiu os autos com a Informação n. 183/2021 ([0757806](#)), bem como cotações de preços fornecidas pelas empresas AR PURO SOLUÇÕES AMBIENTAIS ([0756176](#)), AMAZON FORT ([0756183](#)) e PRESERVA ([0756193](#)), a fim de demonstrar a vantajosidade dos preços praticados na presente contratação.

A Assessoria Jurídica emitiu o Parecer Jurídico n. 205/2021 ([0760213](#)), no qual opinou pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, materializada em Termo Aditivo, mantidos os demais termos e condições pactuados, visto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada. Quanto à renúncia do reajuste *stricto sensu* declarada expressamente pela empresa contratada no evento 0749822, entendeu que **não há óbice para a Administração manter o preço inicialmente contratado**, conforme embasamento do Tópico 2.2 (DA RENÚNCIA DO REAJUSTE STRITO SENSU) daquele parecer, somando-se a isso o princípios da eficiência e o da economicidade. Por fim, aprovou os termos da minuta do Termo Aditivo juntada aos autos no evento [0747729](#), por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do **prazo de vigência** da Carta-Contrato n. 24/2019 ([0482208](#)) por mais 12 (doze) meses, a partir de 2/1/2022, com fundamento no [art. 57, II, da Lei nº 8.666/93](#) c/c Cláusula Segunda do ajuste originário (Manifestação n. 455/2021 - evento [0760578](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Observa-se que há previsão da prorrogação do contrato na Cláusula Segunda da Carta-Contrato n. 24/2019 ([0482208](#)), *ipsis litteris*:

**CLÁUSULA SEGUNDA**– A vigência desta Carta-Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 1º/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, limitado a 60 (sessenta) meses.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, para recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito "**iguais e sucessivos períodos**", verifica-se que foi atendido, conforme se observa do presente contrato, vigente desde 1º/1/2020, com prazo de duração de 12 (doze) meses, será prorrogado pela segunda vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses, obedecendo tranquilamente o limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Verifica-se, também, que o limite de vigência, previsto no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não será alcançado, pois se trata da SEGUNDA prorrogação da Carta-Contrato n. 24/2019.

Quanto ao último requisito "**preços e condições mais vantajosos para a Administração**", neste caso, observa-se que a SAMES, unidade gestora da contratação, instruiu os autos com cotações de preços





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realizadas no mercado local, fornecidas pelas empresas AR PURO SOLUÇÕES AMBIENTAIS ([0756176](#)), AMAZON FORT ([0756183](#)) e PRESERVA ([0756193](#)). Além disso, por meio da Informação n. 183/2021 ([0757806](#)), aquela unidade demonstrou a vantajosidade dos preços praticados na presente contratação.

Por todo exposto, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP **autorizo a prorrogação do prazo de vigência da Carta-Contrato n. 24/2019 ([0482208](#)), por mais 12 meses, a partir de 02/01/2022 com prazo final em 01/01/2023**, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fundamento no [inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Segunda do Contrato Originário, condicionada à **demonstração nos autos da situação de regularidade** com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura do Termo Aditivo.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 23/11/2021, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0763003** e o código CRC **47C884B5**.